

Despacho n.º 5645/2017

Artigo único

1 — Ao abrigo da subdelegação do Comandante do Pessoal da Força Aérea, conferida pelo Despacho n.º 3070/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 73, de 12 de abril, determino que os militares em seguida mencionados ingressem na categoria de Praças do regime de contrato, nas especialidades abaixo indicadas, no posto de Segundo-Cabo, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 1 e do n.º 4 do artigo 259.º conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 269.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio, por terem concluído com aproveitamento, em 1 de junho de 2017, a Instrução Complementar:

a) OPSAS

2CABG OPSAS 139876-J, Rafael Marques Caneta — CFMTFA.
2CABG OPSAS 139883-A, Bernardo António Brás da Costa Marques Pereira — CFMTFA.
2CABG OPSAS 139879-C, Diogo Batista Fernandes — CFMTFA.
2CABG OPSAS 139878-E, Tiago Miguel Freitas Luís — CFMTFA.
2CABG OPSAS 139639-A, Miguel Filipe Martins Correia — CFMTFA.
2CABG OPSAS 139881-E, Márcia Sofia Laurêncio Botelho — CFMTFA.
2CABG OPSAS 139886-F, Pedro Rafael Fonseca Penitência — CFMTFA.
2CABG OPSAS 139880-G, David Rodrigues da Silva — CFMTFA.
2CABG OPSAS 139888-B, Miguel Assis Carvalho Batista — CFMTFA.
2CABG OPSAS 139885-H, Bruno Miguel Ribeirinha de Queirós — CFMTFA.

b) MMT

2CABG MMT 139869-F, Nuno Alexandre Santos Moura — CFMTFA.
2CABG MMT 139867-K, Patrick Teixeira de Jesus — CFMTFA.
2CABG MMT 139865-C, Rafael Lopes Lages — CFMTFA.

c) MELIAV

2CABG MELIAV 139861-L, Ângelo Diogo Duarte Matos — CFMTFA.
2CABG MELIAV 139860-B, Pedro Daniel Lopes Sousa Martins — CFMTFA.
2CABG MELIAV 139859-J, Diogo Francisco Soares Gomes — CFMTFA.
2CABG MELIAV 139864-E, Diogo Edgar Ferreira Conceição Pereira — CFMTFA.

2 — Contam a antiguidade desde 30 de outubro de 2016 e os efeitos administrativos desde o dia seguinte ao da publicação do presente despacho no *Diário da República*.

3 — Mantém a posição remuneratória em que se encontram.

2 de junho de 2017. — O Diretor do Pessoal, *Eurico Fernando Justino Craveiro*, Major-General Piloto-Aviador.

310552594

ADMINISTRAÇÃO INTERNA**Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária****Despacho n.º 5646/2017****Delegação de Competências na Diretora da Unidade de Fiscalização de Trânsito e Contraordenações**

O Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio, no artigo 169.º, atribui ao Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária a competência para a aplicação de coimas e sanções acessórias no âmbito do processamento das contraordenações rodoviárias, prevendo a possibilidade de delegação desta competência nos dirigentes e pessoal da carreira técnica superior da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária. Também o Decreto Regulamentar n.º 28/2012, de 12 de março, que aprovou a orgânica da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, prevê no n.º 3 do seu artigo 4.º, a possibilidade de delegação daquela competência nos dirigentes e pessoal da ANSR. Assim, nos termos do n.º 3 do artigo 169.º do Código da Estrada e nos termos do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar

n.º 28/2012, e ainda dos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo:

1 — Delego na Diretora da Unidade de Fiscalização de Trânsito e Contraordenações, licenciada Anabela Resende Arraiolos e Silva:

a) As competências que me estão atribuídas pela alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto Regulamentar n.º 28/2012, de 12 de março, para proferir decisões administrativas no âmbito dos processos de contraordenações rodoviárias, nomeadamente no que se refere à aplicação de coimas, sanções acessórias, outras medidas disciplinadoras e deveres previstos no Código da Estrada e demais legislação aplicável;

b) A competência que me é atribuída pelo n.º 2 do artigo 185.º-A do Código da Estrada, para assinar e autenticar as certidões de dívida da coima ou custas que não foram pagas, decorrido o prazo legal de pagamento, contado a partir da data em que a decisão se tornou definitiva e que servem de base ao processo de execução a promover pelos tribunais competentes.

2 — Delego, ainda, na Diretora da Unidade de Fiscalização de Trânsito e Contraordenações, com faculdade de subdelegar, relativamente às matérias respeitantes às atividades que orienta ou coordena, a assinatura de toda a correspondência e do expediente necessário à instrução dos respetivos procedimentos administrativos.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de junho de 2017, ficando deste modo ratificados todos os atos que tenham sido praticados no âmbito dos poderes ora delegados e subdelegados.

6 de junho de 2017. — O Presidente, *Jorge Manuel Quintela de Brito Jacob*.

310573621

Inspeção-Geral da Administração Interna**Despacho (extrato) n.º 5647/2017**

Ao abrigo do disposto no n.º 14.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, torna-se público que, por despacho da Inspetora-Geral da Administração Interna, de 22 de maio de 2017, foi renovada, por um período de 2 anos, com início a 13 de junho de 2017, a designação do técnico de informática de grau 3, nível 2, Fernando António Pinto da Silva, para o exercício de funções de coordenador técnico da área de informática do mapa de pessoal da Inspeção-Geral da Administração Interna.

24 de maio de 2017. — A Inspetora-Geral da Administração Interna, *Margarida Blasco*.

310554295

JUSTIÇA**Direção-Geral da Administração da Justiça****Aviso (extrato) n.º 7153/2017**

Nos termos do disposto no artigo 6.º do Regulamento da Prova de Acesso nas Carreiras de Pessoal Oficial de Justiça, aprovado pela Portaria n.º 174/2000, de 23 de março, conjugado com os n.ºs 8 e 9.º do artigo 21.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, republicada em anexo à Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que por meu despacho de 15.05.2017, foi alterada a composição do Júri do concurso de admissão à prova de acesso à categoria de secretário de justiça, aberto pelo aviso n.º 12849/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 216, de 4 de novembro de 2015, passando o Júri a ter a seguinte composição:

Presidente — Vítor Manuel Leitão Ribeiro, Inspetor Judicial do Conselho Superior da Magistratura;
Vogais Efetivos:

José Jorge dos Santos Brandão Pires — Subdiretor-Geral da Administração da Justiça, que substitui o presidente nas suas ausências e impedimentos;

Eva Maria Pacheco Pinto Jorge — Diretora de Serviços de Administração Judiciária, da Direção-Geral da Administração da Justiça;

Lourenço António Lopes Torres — Diretor de Serviços de Recursos Humanos, da Direção-Geral da Administração da Justiça;

João Carlos Filipe de Campos — Secretário de Tribunal Superior do Supremo Tribunal de Justiça;

Victor Manuel Henriques da Silva Mendes — Chefe de Divisão de Gestão dos Tribunais, da Direção-Geral da Administração da Justiça;

Maria Cristina de Almeida Mendes — Técnica Superior da Direção-Geral da Administração da Justiça;

Vogais suplentes:

Carlos Alberto da Silva Correia — Secretário de Tribunal Superior do Tribunal Central Administrativo do Sul e Vogal do Conselho dos Oficiais de Justiça;

Paulo Jorge Miranda Mendes — Técnico Superior da Direção-Geral da Administração da Justiça;

Sérgio Aureliano Gonçalves da Cunha — Administrador Judiciário do Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro;

Daniel Pires da Costa — Administrador Judiciário do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Oeste;

José Aurélio Simões Ferreira Cabido — Administrador Judiciário do Tribunal Judicial da Comarca do Porto;

Maria do Carmo Ramos — Formadora Coordenadora do Centro de Formação, da Direção Geral da Administração da Justiça.

Nos termos do disposto no n.º 10, do artigo 21.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, republicada em anexo à Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, o Júri designado dará continuidade e assume integralmente todas as diligências do procedimento já efetuadas.

7 de junho de 2017. — O Diretor-Geral, *Luis Borges Freitas*.

310555348

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Aviso n.º 7154/2017

Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 45.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu despacho de 19.04.2017, a trabalhadora Maria Alexandra Gouveia Gonçalves, detentora da carreira/categoria de técnico superior, concluiu sem sucesso o período experimental de vínculo, cessando este automaticamente à data do referido despacho.

27 de abril de 2017. — O Subdiretor-Geral, *João Paulo Carvalho*.

310553752

Despacho (extrato) n.º 5648/2017

Por despacho do Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, de 24 de abril de 2017, no uso de competência subdelegada pela Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Justiça (Despacho n.º 3143/2016, publicado na 2.ª série do *Diário da República* de 1 de março), e nos termos do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 8.º da Portaria n.º 286/2013, de 28 de setembro, foi designado Adjunto da Diretora do Estabelecimento Prisional do Montijo, em regime de comissão de serviço pelo período de três anos, com efeitos a 1 de maio de 2017, o licenciado Nuno Afonso da Silva Rodrigues, por reunir os requisitos legais ao provimento do cargo, sendo possuidor de competência técnica, aptidão e experiência profissional, conforme é demonstrado pela síntese curricular publicada em anexo.

2 de maio de 2017. — O Subdiretor-Geral, *João Paulo Carvalho*.

Síntese Curricular

1 — Dados pessoais

Nome — Nuno Afonso da Silva Rodrigues
Naturalidade — S. Sebastião da Pedreira, Lisboa
Data de nascimento — 10.08.1974

2 — Habilitações académicas

Licenciado em Direito, pela Universidade Internacional de Lisboa, em 2007.

3 — Situação profissional atual

Técnico Superior no Estabelecimento Prisional de Sintra, desde 1 de outubro de 2016.

Técnico Superior da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

4 — Atividade profissional

Desempenhou funções como Adjunta do Diretora do Estabelecimento Prisional de Sintra, de 1 de abril de 2014 até 30 de setembro de 2016.

Desempenhou funções como Técnico Superior no Estabelecimento Prisional do Linhó, de 28 de dezembro de 2012 até 30 de março de 2014.

Desempenhou funções como Técnico Superior (Assistente técnico em regime de mobilidade intercarreiras) no Tribunal da Relação de Lisboa, de 1 de janeiro de 2011 a 27 de dezembro de 2012.

Desempenhou funções como Técnico Superior (Assistente técnico em regime de cedência de interesse público) no Conselho Superior da Magistratura, de setembro de 2009 a 31 de dezembro de 2010.

Desempenhou funções como Assistente técnico no Tribunal da Relação de Lisboa, de outubro de 1994 a agosto de 2009.

5 — Nomeações e representações

Membro da comissão paritária do Tribunal da Relação de Lisboa;
Membro da comissão paritária do Conselho Superior da Magistratura;
Presidente da Assembleia Geral de Alunos da Universidade Internacional, de 2005 a 2007;

Participação no Encontro Nacional de Dirigentes Académicos — Funchal/ Universidade da Madeira (2003);

Vice-Presidente do Conselho Fiscal da Associação Académica de Lisboa (2002);

Participação no Encontro Nacional de Dirigentes Académicos (Universidade de Aveiro e Universidade do Porto) (2002);

Foi-lhe atribuído, em 2012, um Louvor pelas funções exercidas no Tribunal da Relação de Lisboa.

6 — Formação profissional

Formação profissional e complementar em “Regime de Aposentação na Administração Pública”, “Medidas e procedimentos disciplinares a reclusos, instrução de processos”, “SIP — Identificação Jurídico-penal”, “Gerfip — Gestão de recursos financeiros partilhada”, “Curso de Bases de dados Jurídico Documentais”, “Curso SRH — sistemas de Recursos Humanos”.
310553841

Despacho (extrato) n.º 5649/2017

1 — Por despacho da Secretária de Estado Adjunta e da Justiça, de 18 de abril de 2017, no uso da competência delegada pela Ministra da Justiça (Despacho n.º 977/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 20 de janeiro), nos termos do n.º 2 artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro, foi renovada a comissão de serviço, por um período de três anos, do licenciado Jorge Manuel Neto Simões no cargo de Diretor do Centro Educativo do Mondego, por reunir os requisitos de competência técnica, aptidão e experiência profissional legalmente exigidos, conforme é demonstrado pela síntese curricular publicada em anexo.

2 — Nos termos do mesmo despacho:

2.1 — O trabalhador designado fica autorizado a optar pelo vencimento ou retribuição base da sua função, cargo ou categoria de origem, não podendo, todavia, exceder, em caso algum, o vencimento base do Primeiro-Ministro, nos termos do n.º 2 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro.

2.2 — A designação produz efeitos a 1 de junho de 2017.

18 de maio de 2017. — O Subdiretor-Geral, *João Paulo Carvalho*.

Síntese Curricular

1 — Dados pessoais

Nome: Jorge Manuel Neto Simões
Naturalidade: Sé Nova — Coimbra
Data de Nascimento: 10.07.1962

2 — Habilitações académicas

Licenciado em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, em 1995;

Pós-Graduado em Psicologia da Justiça, pelo departamento de psicologia da Universidade do Minho, em 2006.

Pós-Graduado em Psicopatologia no Colégio Universitário de Altos Estudos, no Porto, em 1996

3 — Situação profissional atual

Diretor do Centro Educativo do Mondego.

4 — Atividade profissional

Desde 1 de junho de 2014, nomeado diretor Centro Educativo do Mondego.

Desempenhou funções de Técnico Superior de Reinserção Social na Equipa Baixo Mondego 1, da Delegação Regional do Centro, desde